



# SINTESPE

filiado a



Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de SC

Praça Olívio Amorim, nº 82 - Centro - Florianópolis/SC - CEP: 88020-090 - Outubro 2012 - (48) 3223-6097 / www.sintespe.org.br

## ASSEMBLEIA GERAL SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS

# 29 de Novembro

Quinta Às 14 horas

Local: Auditório do Sintespe  
Praça Olívio Amorim, 82 - Centro - Fpolis/SC

**Em janeiro  
tem Data-base**

### CAMPANHA SALARIAL UNIFICADA

- ✓ Cumprimento da data base com reajuste na lei nº 15.695/11 com reajuste integral sem parcelamento no mês de Janeiro, equivalente a inflação dos últimos doze meses;
- ✓ Reposição das Perdas de 32% (a partir de 2006);
- ✓ Pagamento integral de 100% da GAF, aos servidores dos órgãos que percebem até 60% da gratificação;
- ✓ Extensão do pagamento da GAF aos servidores dos setores que não recebem gratificação (Analistas Educação, AGESC, SJC, SSP e Saúde);
- ✓ Novo Planos de Cargos e Vencimentos, com nova nomenclatura dos cargos e nova tabela salarial
- ✓ Regulamentação em lei da Jornada de Trabalho de 30h, para todos os Servidores Públicos;
- ✓ Cumprimento das leis que instituíram as promoções por tempo de serviços congeladas a partir dos planos de cargos e salários, com pagamento dos atrasados;
- ✓ Garantia da Paridade entre os Servidores Ativos e Aposentados;
- ✓ Melhorias nas condições de trabalho, reduzindo afastamentos indeterminados, por doenças originárias das más condições de trabalho;
- ✓ Eleições e Instituição de CIPA, em todos os locais de trabalho com participação do SINTESPE;
- ✓ Reajuste das vantagens pessoais "VPs" equivalente ao índice do reajuste geral;
- ✓ Aumento do Vale-alimentação para R\$ 16,00 com extensão aos servidores inativos por meio de abono compensatório.
- ✓ Cumprimento da lei e das decisões judiciais que garantem o pagamento do auxílio alimentação aos servidores em licença para tratamento de saúde e em férias;
- ✓ Apoio a mobilização pela aprovação da PEC 308/2004, que cria a carreira da Polícia Penal;
- ✓ Retorno do cálculo de Insalubridade tendo como referência o nível 13, letra A;
- ✓ Revisão dos enquadramentos dos servidores das Secretárias, Autarquias e Fundações (Ex.Saúde originários do antigo DSP e dos servidores aposentados do DEINFRA);
- ✓ Conversão de 1/3 da licença prêmio em dinheiro;
- ✓ Adicional de permanência de 5% a cada ano trabalhado após o interstício aposentatório do servidor;
- ✓ Fim da Terceirização do Plano SC/Saúde, com retorno do gerenciamento e administração da rede credenciada por parte do Estado;
- ✓ Regulamentação da Aposentadoria Especial aos Servidores da Saúde;
- ✓ Revogação da lei estadual da OS, não às privadas;
- ✓ Concurso público para todos os setores

### Categorias fazem GREVE para exigir direitos



Trabalhadores da Educação e da Saúde lutam por Gratificação  
Pág. 3

### Segurança Pública em debate

Foto: Jonas Lemos Campos/Alesc



Sindicato luta por melhores condições de trabalho nos sistemas penitenciário e socioeducativo  
Página 3

### Defesa dos Serviços Públicos



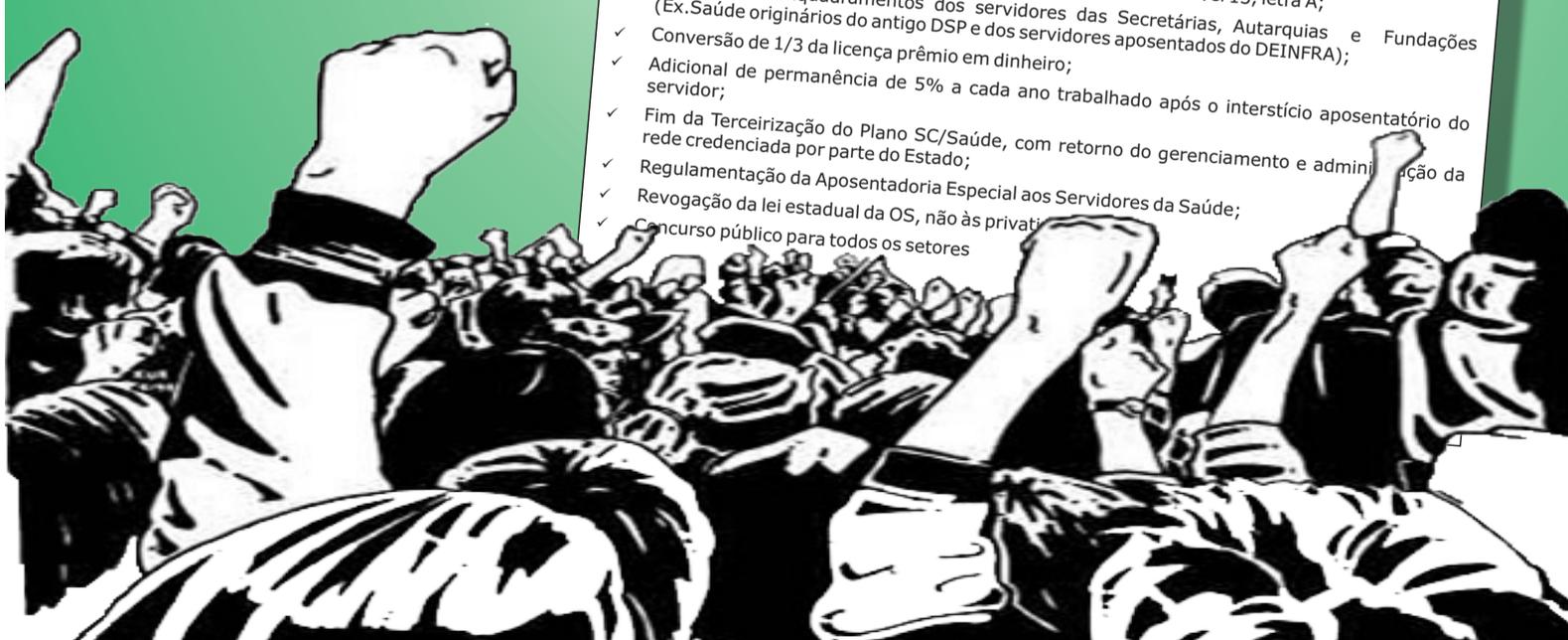
Encontro nacional em vai encaminhar novas ações da luta  
Página 4

### Só a luta traz conquistas

Em outubro comemoramos 24 anos de Sindicato e o Dia do Servidor Público  
Página 2

### Plano de Cargos e Salários

Sindicato realizou Seminário sobre o tema  
Página 2



**SINTESPE: 24 ANOS COM O SERVIDOR PÚBLICO**

# É com luta que se conquista

Em 18 de outubro de 1988, -mês em que comemoramos o Dia do Servidor Público-, cinco anos após a fundação da Central Única dos Trabalhadores, uma das maiores centrais operárias do mundo, e um ano antes da primeira eleição direta do país após a ditadura civil militar, os servidores públicos estaduais de Santa Catarina se organizaram e fundaram seu Sindicato. Instrumento de lutas importantes, nestes 24 anos de fundação, o Sintespe atuou sempre na defesa dos direitos da categoria. E esse tem sido o norte da atual diretoria que assumiu a entidade em outubro de 2010 até 2013.

Exemplo disso é a conquista da data base, fixada em janeiro, a partir da campanha salarial unificada de 2011; o reajuste salarial de oito por cento para todos, os 100% de aumento no valor do auxílio alimentação, congelado há dez anos, e a regularização das Gratificações para os servidores da FATMA e Imetro.

Mas, a luta não pára e por isso, lutamos, ainda, para que todos os servidores das secretarias, autarquias e fundações, sejam contemplados com a Gratificação de Produtividade equivalente a 100% da GAF. Não é aceitável que o governo continue a discriminar os servidores do DETER e DEINFRA, pagando gratificações irrisórias; negando a gratificação aos servidores da saúde; da mesma forma os servidores que atuam nas demais secretarias com gratificação de 60% precisam ser contemplados com a extensão da GAF 100%, com a garantia da extensão deste benefício aos servidores civis da Segurança e da Justiça e Cidadania. Neste caso, a injustiça é dupla pois nem ao menos possuem Plano de Cargos e Vencimento e convivem com legislação do plano de cargos de 1993.

Na Educação, a negociação pela extensão do direito à Gratificação de Produtividade para todos os Analistas Técnicos em Gestão Educacional (ATGEs) se arrasta desde 2010. Em virtude de o Governo Colombo não solucionar o caso até agora, os ATGEs que trabalham fora do prédio da SED e não obtêm o mesmo direito, fizeram GREVE (ver pág. 3). Na Saúde, os servidores estão em



Assembleia Geral, em frente ao Deinfra, realizada durante Campanha Salarial Unificada em 2011, que conquistou data-base da categoria no mês de Janeiro.

Foto Arquivo Sintespe

greve contra o corte da remuneração e pelo direito à gratificação para todos.

## Luta por 30 horas

Os servidores exigem o fim das desiguais jornadas de trabalho nas diferentes unidades do Detran, da Fundação de Educação Especial, ente outros. Para acabar com injustiças como essa e outras, o Sintespe começou a trabalhar com a categoria inteira um novo Plano de Cargos e Salários.

## Defesa dos Serviços Públicos

Diante da política de privatizações e terceirizações aplicada pelos governos federal, estadual e municipal, a defesa dos serviços públicos e a revogação da Lei das Organizações Sociais (OSs) são pauta de lutas dos servidores. Neste ano, no seu 4º Congresso Estadual, a categoria deliberou resoluções importantes sobre o tema.

Assim, o Sindicato realiza ainda, em São Paulo, dia 24 de Novembro, o 2º Encontro Nacional pela Revogação da Lei das OSs, em sequência ao 1º Encontro Nacional, ocorrido em 2011. Outra atividade importante de debate sobre as terceirizações foi a Plenária Estadual contra as Privatizações e Terceirizações e pela Revogação da Lei das OSs que aconteceu dia 1º de Novembro, na Assembleia Legislativa.

## Imposto Sindical

O Sintespe é contra o Imposto Sindical. Filiado à CUT, preza pela Autonomia e Liberdade Sindical, prevista na resolução 87 da Organização Internacional do Trabalho.

Em 2012, por meio de uma liminar da Justiça Estadual foi garantido que o valor destinado ao Sindicato fosse depositado na conta do Sintespe e não de outra entidade. O que possibilitou a devolução da parte que cabe à nossa entidade para toda a categoria, exceto para os servidores da Saúde.

## Aposentados

Com a última reforma da previdência, os servidores que se aposentaram por invalidez a partir de janeiro de 2004 perderam o direito à Paridade. Desta forma seus reajustes não acompanharam a evolução dos Planos de Cargos dos servidores da ativa e perdas enormes aconteceram. O SINTESPE esteve envolvido na luta pela aprovação da Emenda Constitucional nº 70/2012, que assegurou o retorno à Paridade para esses servidores a contar de março deste ano. O IPREV já começou a rever o enquadramento dos servidores prejudicados, sendo que o pagamento dos atrasados deverá ser feito nos próximos meses. Os servidores que não tiveram revisão devem fazer contato com o setor de RH do seu órgão de trabalho.

## SC Saúde

A partir de janeiro de 2011, quando o governo anunciou o fim do contrato do Plano de Saúde dos Servidores com a Unimed – que se efetivou em 31 de janeiro deste ano -, o Sintespe e os servidores exigem do governo um plano mais eficiente, gerido pelo estado e que proporcione o bem estar dos 180 mil servidores estaduais, de todos os órgãos.

**PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS**

# Está em debate um novo Plano para a categoria

Para dar continuidade aos encaminhamentos do 1º Seminário, realizado em Agosto, que discutiu a elaboração de um novo Plano de Cargos e Salários para a categoria, a diretoria realizou reuniões em diferentes cidades catarinenses, debatendo sobre as reivindicações dos servidores. Durante o mês de setembro, a direção se reuniu com trabalhadores em Araranguá, Criciúma, Campo Erê e São Miguel do Oeste.

Desde 2006, o plano único, antes existente, foi desmembrado e nesse processo, alguns segmentos acabaram injustiçados. Há funções de servidores que nunca foram contempladas com plano de cargos e salários. De acordo com o diretor de comunicação, Maurino Silva, é preciso criar uma tabela única que con-



Seminário iniciou discussão de novo PCS

temple todas as carreiras e que venha a favorecer, de vez, todos os servidores estaduais: “As injustiças têm de ser corrigidas e só com um novo plano de cargos e salários isso vai acontecer”, afirma. Desde 2007, há ações na Justiça contestando as irregularidades. Cleidison Valgas, bioquímico do Laboratório Central que participou do Seminário, diz que é preciso rever as progressões funcionais. Para ele, deve haver melhores propostas de progressão, que incentivem os servidores a investir na carreira, diz.

**SINDICALIZAÇÃO**

# Sindicato mais forte

Um Sindicato forte só existe com uma base unificada e que contribua para esse fortalecimento financiando sua própria luta. Prezando pela independência dos Sindicatos, a direção do Sintespe acredita que é da contribuição voluntária, e não obrigatória, como o Imposto Sindical que deve vir o sustento das lutas dos trabalhadores.

Por isso, convida os companheiros ainda não filiados à nossa entidade a se sindicalizarem

preenchendo a ficha de sindicalização e entregando ou enviando à Sede. E solicita a cada companheiro já filiado que fortaleça nossa organização, convidando seus amigos servidores e colegas de trabalho.


**SAÚDE DO TRABALHADOR**

# Sintespe contribui com propostas para políticas públicas de Saúde

O Sintespe está participando da Comissão de Trabalho formada a partir do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde do Trabalhador, realizado dia 23 de outubro, em Audiência Pública na Alesc. A Frente tem como objetivo construir um diagnóstico da saúde do trabalhador e da trabalhadora catarinenses para definir de prevenção dos acidentes de trabalho. Ela deve focar sua ação em todos os trabalhadores presentes em áreas urbanas e rurais, do mercado formal, do mercado informal, autônomos, desem-

pregados e aposentados e servidores públicos. Além da criação da comissão de trabalho, formada por centrais sindicais, associações empresariais e de trabalhadores, federações e órgãos governamentais; a realização de Audiências Públicas micro regionais para mapear a situação dos trabalhadores; fazer uma solicitação à Presidência da República para realizar a IV Conferência Nacional da Saúde do Trabalhador e incentivar as Assembleias Legislativas de outros estados a aderirem ao movimento, lançando suas próprias Frentes.

Com informações da CUT-SC

**MOBILIZAÇÕES**

# Servidores da Saúde e Educação fazem GREVE para cobrar direitos

A política do governo Raimundo Colombo não contempla, nenhum pouco, as necessidades dos servidores. No mesmo momento em que o Estado repassa, por meio do BRDE, R\$ 200 milhões para a instalação da BMW, o governo alega não haver verbas para aplicar em benefício aos trabalhadores e ainda lançou a famigerada Resolução 008/2012, que corta as “despesas”, com os servidores até o final do ano. Mas, a luta faz a lei e por isso servidores lotados na Secretaria de Educação e de Saúde foram à luta, e, nesse segundo semestre, paralisaram as atividades, se manifestaram publicamente. Apesar das ameaças, fizeram Greve e aguardam que o governo atenda às suas exigências.



Acima: ATGEs de Campo Erê, em GREVE em frente ao Cedup. Abaixo, Diretores do Sindicato e ATGEs em frente ao Instituto Estadual de Educação, na capital.

**Educação**

A mobilização dos Analistas Técnicos em Gestão Educacional (ATGE) para conquistarem a Extensão da Gratificação de Produtividade de 60% para todo o segmento continua. Em Estado de Greve desde o mês de Maio, os ATGEs lotados nos Cedups, Cejas e Colegios Agrícolas reali-

zaram uma série de mobilizações, paralisaram as atividades durante dois dias na semana em 34 estabelecimentos estaduais de ensino em todo o estado e depois iniciaram Greve dia 29 de outubro. No segundo dia de Greve, por meio de ofício o Coordenador da CONER Décio Bacedo, se

comprometeu com a categoria, por meio de ofício, de solicitar ao Grupo Gestor que encaminhe, ainda em novembro, à Assembleia Legislativa o projeto de lei que estenda a Gratificação. Com nova **Assembleia Geral marcada para dia 21 de novembro**, o categoria de prazo para o gover-

no cumprir sua promessa até hoje não cumprida. Caso Décio e o governo não cumpram suas palavras, a Greve continuará em 2013.

**Saúde**

Acompanhando a luta dos trabalhadores dos hospitais estaduais, que estão em greve contra o corte da remuneração, em decorrência dos baixos salários e sem a futura necessidade de exercer a Hora Plantão nas unidades – pois o governo está nomeando 611 novos concursados para o setor, os servidores das Regionais de saúde, Cepon, Hemosc e Lacen, também aprovaram a GREVE em assembleia, dia 17, no Sindicato. Na pauta de reivindicações está a extensão da Gratificação de Desempenho e Produtividade, que é paga aos Médicos, para toda a categoria da saúde.

Com a proposta de fortalecer o movimento grevista, o Sintespe, a CUT e entidades filiadas à Central estão formando uma frente de apoio à Greve na Saúde. A frente é mais um ponto de apoio dos trabalhadores diante da real política de arrocho salarial dos servidores aplicada por Raimundo Colombo.

**EDUCAÇÃO ESPECIAL**

## Pela jornada de 30 horas na FCEE



Diretor do Sintespe entrega ofício com reivindicação à presidenta da FCEE, Rosane Bártuchski.

O Sintespe tem atuado, junto à Associação dos Servidores da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), em prol da implantação da jornada de 30 horas semanais para os servidores técnicos e professores.

Baseando-se no princípio de isonomia, já que os servidores administrativos da Fundação já cumprem jornada de 30 horas com os mesmos vencimentos, a jornada reivindicada pelos técnicos não traz prejuízo para o funcionamento da FCEE. E, conforme o artigo 5º do Decreto 556 de 2003, com a “exposição de motivos devidamente fundamentada do titular da Secretaria ou órgãos pertinentes” tal reivindicação pode ser atendida pelo Poder Executivo.

Os técnicos estão paralisando as atividades durante algumas horas, em determinados dias da semana, em reivindicação à jornada. Com a implantação das 30 horas, é possível adotar dois turnos de trabalho de seis horas.

**SEGURANÇA PÚBLICA**

# Queremos mais atenção para os servidores da SSP e SJC

Os recentes atentados violentos ocorridos no Estado em novembro, assim como a morte de colegas agentes prisionais, trazem ao debate da sociedade a situação problemática pela qual passam os sistemas penitenciário e socioeducativo catarinense. No entanto, esses problemas têm sido constantemente denunciados pelo Sindicato, que, há tempos, tem cobrado do Estado políticas públicas eficientes para a segurança pública. No segundo semestre deste ano, a direção do Sindicato conseguiu que fosse realizada audiência pública na Alesc, dia 8 de agosto, que discutiu a situação de trabalho dos agentes, assim como a condição dos sistemas.

**Falta de servidores:**

Atualmente, trabalham nas unidades prisionais do estado 1800 agentes penitenciários para supervisionar 17 mil presos, enquanto o mínimo previsto na 472/2009 é de 2100 profissionais. Apesar de a Secretária Adjunta da SJC,



Audiência Pública na Alesc debate situação do sistema prisional de SC

Maria Elisa de Caro afirmar que até 2015 o governo quer contar com seis mil servidores, ainda não foram resolvidos os problemas relativos ao concurso público realizado em 2006. Dos aprovados no concurso público, 138 agentes entraram com mandado de segurança para serem convocados pelo estado.

Enquanto isso, o governo investe em profissionais terceirizados, sem formação ou qualificação necessária para o trabalho que também é insalubre.

No entanto, a necessidade de concurso público também

envolve a falta de servidores técnicos administrativos

**Plano de Carreira :**

O Sindicato tem atuado na tentativa de incluir os servidores técnicos administrativos no Plano de Carreira e Vencimentos. Uma das conquistas, até agora, foi a composição de uma Comissão Mista entre Sindicato, servidores e representantes da SJC e SSP, que deve realizar sua segunda reunião nos próximos dias. O Sintespe, está elaborando uma proposta de projeto que prevê a inclusão desses servidores na Lei nº472/2009.

## Jornada de trabalho mais justa para todos

Diante de algumas imposições de gestores setoriais, sobre a escala de trabalho no sistema Penitenciário em diversas Unidades do Estado, o Sindicato esteve realizando reuniões nos locais de trabalho, debatendo a “convocação”, situação que expõe uma exigência ilegal e uma contradição, pois a jornada de trabalho segue o Art. 23 da Lei 6745/85 (Estatuto dos Servidores Públicos Estaduais de SC) que orienta esta jornada de trabalho de 40h semanais para todos os servidores públicos sem especificar cargos. No entanto, alguns Agentes trabalham em regime de expediente, ou seja, horário de segunda a sexta-feira, e não fazem qualquer tipo de reforço mensal ou semanal, e se assim fosse, ninguém poderia estar fora da escala 24x72horas, sob pena de perder as 40h extras.

As divergências estão na Indenização Operacional de 40h (Código 0035-01), prevista nas Leis 137/1987 e Lei 254/2003.

Nos sistemas penitenciário e socioeducativo hoje, esta escala é realizada em uma jornada de 24h de trabalho, como cita o Art. 61 e § 1º, 2º e 3º da Lei nº 472/2009, e do adicional noturno que

estabelece a hora em 52 minutos. Isso quer dizer que a jornada passa para 25h no plantão cheio. Assim, temos uma média mensal durante o ano de 188h por mês, onde fica evidente que não ficamos devendo nada ao estado. Mas, a base de cálculos para fins de horas extras e adicional noturno continua na base de 200horas/mês, conforme a Lei 6745/09. Enquanto a base dos demais servidores é 160 horas mensais.

Outra situação que requer atenção em nossa jornada de trabalho é a convocação para reforço, que pode ser feita oficialmente pelo diretor da unidade para fins de pente fino ou uma surpresa (flagrante) em determinada Unidade ou galerias da Unidade. Porém não poderá ser feita sob aspecto nenhum para reforço semanal com longa duração no mês, sem o pagamento de horas extras e definição do diretor da Unidade, diretor do DEAP, e por decreto do Chefe do Poder Executivo (Governador). Essas exigências não nos desobrigam de participarmos de reuniões de trabalho e convocações, na saída dos Plantões ou chegada para os mesmos.

## EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO

# 2º Encontro Nacional pela Revogação da Lei das OSs acontece dia 24, em São Paulo

Para ampliar o combate às políticas de terceirização e privatização aplicadas pelos governos, que promovem a precarização dos serviços públicos, dos bens da população e também das relações de trabalho, o Sintespe convoca a categoria a participar do 2º Encontro Nacional pela Revogação da Lei das OSs, que acontece dia 24 de Novembro, no Sindicato dos Médicos de São Paulo.

Estão convidados trabalhadores de todas as categorias. O servidor público estadual que quiser participar deve comunicar o Sindicato, por meio de e-mail, telefone, ou delegacias regionais.

A lei 9637/1998, conhecida como a lei das OSs, promulgada pelo então presidente da República Fernando Henrique Cardoso, repassa a gestão de serviços públicos para Organizações Sociais “cuja atividade seja dirigida ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção

e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde”. Mesmo com repasse de dinheiro do Governo ou de bens públicos para que a OS venha a gerir os serviços, a gestão não é fiscalizada pelo governo e nem devolve um centavo aos cofres públicos em impostos. E, nesses moldes também vigora a lei estadual nº 12929/2005, que também possibilita o repasse de servidores e de recursos para cobrir os custos necessários da demissão dos servidores, caso a OS venha a demiti-los. Mais um golpe contra os serviços públicos e contra os servidores, que podem ficar à mercê de uma organização social.



1º Encontro Nacional definiu ações e unificou a luta.

Foto: Arquivo Sintespe

## 1º Encontro resultou em ações importantes

O 2º Encontro é promovido pelo Sintespe, em continuidade do primeiro, que aconteceu ano passado em Florianópolis, e reuniu 75 participantes de diversas entidades sindicais e movimentos sociais dos estados de Alagoas, Minas Gerais, Santa Catarina, São Paulo, Paraná. A partir do 1º encontro, foi possível reunir e entregar ao ministro da saúde Alexandre Padilha, durante a Conferência Nacional de Saúde, 10 mil assinaturas em abaixo assinado pela revogação da Lei das Organizações Sociais, lei 9637/98.

## Plenária Estadual define ações e a unidade dos trabalhadores pra luta



Plenária Estadual reuniu trabalhadores de SC, PR e SP

Em preparação ao 2º Encontro Nacional, o Sintespe promoveu, dia 1º de Novembro, na Assembleia Legislativa, junto com a Coordenação de Movimentos Sociais do Estado, a Plenária Estadual contra as Privatizações e pela Revogação da Lei das Organizações Sociais.

Na atividade, representantes sindicais de Santa Catarina, do Paraná e de São Paulo, do Movimento Sem Terra e do Poder Legislativo catarinense, reiteraram a unidade dos trabalhadores como fator imprescindível para que essa luta em defesa dos serviços públicos seja vitoriosa.

Participaram da mesa de abertura Aldoir Kraemer, diretor da CUT e da CMS de SC, João Gomes, diretor do Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo, Mario Antônio da Silva, diretor do Sintespe, Ronald Ferreira dos Santos, diretor do Sindicato dos Farmacêuticos-SC, membro do Conselho Nacional de Saúde e Volnei Morastoni, presidente da Comissão de Saúde da Assembleia estadual.

Durante a Plenária, o diretor do Sindicato dos Servidores Municipais de Umuarama, José Galieta garantiu sua participação em São Paulo. “Estou sendo bombardeado com boas ideias para lutar lá na minha cidade, no meu estado, contra as privatizações”, avaliou. De acordo com ele, em Umuarama, 90% dos estabelecimentos e serviços de saúde é terceirizado. São três hospitais, a maternidade, dos 23 postos de saúde, em 13 os médicos são terceirizados.

### Cogestão = Congestão

A COGESTÃO também é uma forma de privatização que também devemos combater. Na Penitenciária de São Pedro de Alcântara, por exemplo, a privatização ocorre por meio de convênio entre estado e a empresa Intelbrás. Enquanto a empresa demite trabalhadores das suas unidades, gasta luz, água, e o estabelecimento do Estado para aumentar seus lucros e usa mão de obra dos presos, sem encargos e direitos, por um salário mínimo. De acordo com Mário Antônio da Silva, após o cumprimento da pena, o ex-detento não consegue trabalho na empresa. Por isso é preciso ampliar a luta contra as privatizações e terceirizações para além dos movimentos sociais.

Desde 1999, o Ministério Público Federal tenta a revogação da lei federal, partindo de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade 1923, que está com o julgamento suspenso no STF, após o ministro Luiz Fux pedir vistas do processo em março do ano passado.

### Tentativa do governo é frustrada

O governo Colombo esta chegando na metade do seu mandato e os problemas crônicos nas unidades de saúde do Estado continuam (leitos desativados, reformas que nunca terminam, servidores desmotivados). Ocorre que lógica do atual governo segue a lógica da privatização. Conforme o relatório publicado no Portal da Transparência, em 2011, reservou R\$ 133,250 milhões para as Organizações Sociais e neste ano, reservou R\$ 191, 3 milhões.

Desde que iniciou o mandato, o governador já anunciou interesse em terceirizar a gestão dos hospitais Florianópolis, de unidades prisionais, o Terminal Rodoviário Rita Maria, de Florianópolis. A última investida foi repassar, no início de julho, a gestão do Samu por um custo de mais de R\$400 milhões para a Organização Social Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, que coleciona aproximadamente 3.000 títulos protestados em cartórios do Estado de São Paulo, responde por inúmeras ações de improbidades administrativas e não dispõe de suas atividades glosadas pelo Tribunal de Contas de São Paulo. Mas, apesar de Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público que entende como ilegal a terceirização de atividade essencial como a Saúde, o governo busca efetivar na Justiça a parceria com a OS.

A diretoria do Sintespe está atenta e vai atuar contra todas as tentativas do governo de terceirizar os serviços públicos. Não é admissível que um governo suspenda todas as negociações em curso com os servidores que há anos amargam as políticas de arrocho salarial com a desculpa de conter gastos, enquanto reserva milhões do orçamento para as privatizações.

## BALANCETE

### DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS - 2012

RECEITA	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO
Mensalidade de Associados	134.852,22	141.014,06	134.989,46	138.970,26
Receitas de Precatórios	1.489,73	366,36	1.248,10	14.652,21
Receita de Locação	62,00	-	-	662,00
Receita de Aplicações	1.199,08	903,11	1.153,20	1.358,12
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>137.603,03</b>	<b>142.283,53</b>	<b>137.390,76</b>	<b>155.642,59</b>
DESPESA	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO
<b>PESSOAL E ENCARGOS</b>	<b>42.788,40</b>	<b>61.398,87</b>	<b>45.790,17</b>	<b>47.219,84</b>
<b>DESPESAS GERAIS</b>				
Água e Esgoto	103,16	103,16	112,04	112,04
Alimentação/Refeições	900,00	1.148,00	1.226,00	649,00
Cartórios	-	317,84	138,20	-
Combustíveis e Lubrificantes	207,00	160,01	147,00	272,43
Correios e Malotes	2.679,83	4.295,38	127,60	6.437,16
Energia elétrica	625,92	472,49	588,97	337,67
Serviços de Limpeza	344,00	258,00	258,00	430,00
Honorários Profissionais	2.000,00	2.000,00	2.300,00	2.000,00
Impostos e Taxas Diversas	366,02	10,72	10,72	10,72
IPVA, Licenciamento e Taxas	377,00	-	158,22	-
Manutenção em Programas	1.028,64	903,64	1.156,74	903,64
Manutenção em Veículos	-	90,00	60,00	146,00
Manutenção e Reparos	162,30	100,76	927,50	255,70
Material de Expediente	1.677,30	1.938,30	-	-
Material de Higiene	276,70	14,80	388,20	95,40
Material de Uso Permanente	50,00	664,60	77,00	-
Outras Despesas	262,77	97,50	52,50	74,75
Segurança do Patrimônio	-	161,29	161,29	226,58
Seguros	1.305,73	1.327,77	1.753,01	1.802,53
Telefones e demais comunicações	2.466,26	2.349,74	2.420,07	2.610,28
Tarifas Bancárias	171,05	234,05	249,36	219,05
<b>IMPRENSA E DIVULGAÇÃO</b>				
- Livros/Jornais/Revistas	5.097,60	772,70	-	-
- Adesivos/Panfletos/Impressos	320,00	-	-	-
- Faixas/Cartazes	3.103,00	275,00	-	-
- Rádios/TV/Som/etc	2.280,00	750,00	750,00	750,00
<b>ATIVIDADES SINDICAIS</b>				
- Complemento Salarial	2.055,07	2.286,22	1.742,97	1.742,97
- Congresso do SINTESPE	40.090,50	-	-	-
- Contribuição a CUT	25.101,47	24.151,47	13.351,47	14.851,47
- DIESSE	431,53	431,53	509,21	543,73
- Doações	-	500,00	-	500,00
<b>ASSESSORIA JURÍDICA/CUSTAS/CÁLCULOS</b>	<b>9.842,00</b>	<b>4.146,41</b>	<b>10.185,69</b>	<b>37.968,18</b>
<b>DIRETORIA E REPRESENTANTES</b>				
- Alimentação/Hospedagem/Passagens/Locação Transporte	20.579,56	9.070,12	5.029,19	5.923,18
- Combustíveis e Lubrificantes	1.773,71	979,23	-	956,77
- Outras Despesas	2.731,20	-	-	-
<b>DELEGACIA REGIONAL DE LAGES</b>	<b>2.168,52</b>	<b>2.414,04</b>	<b>1.756,39</b>	<b>1.704,26</b>
<b>DELEGACIA REGIONAL DE CHAPECÓ</b>	<b>1.091,36</b>	<b>1.091,70</b>	<b>941,58</b>	<b>1.312,42</b>
<b>DELEGACIA REGIONAL DE JOINVILLE</b>	<b>1.948,46</b>	<b>1.859,05</b>	<b>1.874,07</b>	<b>1.902,51</b>
<b>SALA CRICIÚMA</b>	<b>429,80</b>	<b>429,80</b>	<b>429,80</b>	<b>474,70</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>176.835,86</b>	<b>127.204,19</b>	<b>94.672,96</b>	<b>132.432,98</b>